

## ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	5
ABREVIATURAS E SIGLAS	7
CAPÍTULO I – INTRODUÇÃO	11
1. Noção de Arbitragem	11
2. Delimitação e plano de exposição da obra	12
3. A arbitragem voluntária e a arbitragem necessária	13
3.1. A arbitragem voluntária	13
3.2. A arbitragem necessária	15
4. A arbitragem <i>ad hoc</i> e a arbitragem institucionalizada	18
4.1. Distinção	18
4.2. Centros de Arbitragem Institucionalizada	20
a) <i>Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI)</i>	21
b) <i>London Court of International Arbitration (LCIA)</i>	22
c) <i>Tribunal Arbitral du Sport (TAS/CAS)</i>	22
d) <i>World Intellectual Property Organization Arbitration and Mediation Center (WIPO ADR)</i>	24
e) <i>Centro de Arbitragem Comercial da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa (CAC)</i>	24
f) <i>Centro de Arbitragem Comercial do Instituto de Arbitragem Comercial (CACIAC)</i>	24
g) <i>Centro de Arbitragem Administrativa (CAAD)</i>	25
h) <i>Centro de Arbitragem de Propriedade Industrial, Nomes de Domínios, Firms e Denominações (ARBITRARE)</i>	25
4.3. Os centros de arbitragem institucionalizada: configuração tendencial	26
4.4. Regime jurídico: o Decreto-Lei nº 425/86, de 27 de Dezembro	28
4.4.1. Enquadramento	28

4.4.2.	O sistema de “autorização estatal” e o eventual exercício de funções (jurisdicionais) públicas por privados	28
4.4.3.	A não atribuição ou a revogação da “autorização”	31
4.4.4.	Os regimes jurídicos especiais de centros de arbitragem institucionalizada impostos legislativamente	32
4.5.	Vantagens e desvantagens da arbitragem ad hoc e da arbitragem institucionalizada	34
5.	A arbitragem interna e a arbitragem internacional	38
6.	A arbitragem como meio de resolução alternativa de litígios	43
6.1.	Noção de Meio de Resolução Alternativa de Litígios na CRP	43
6.2.	Noção de Meio de Resolução Alternativa de Litígios	45
a)	Mediação	47
b)	Conciliação	50
c)	Negociação	53
d)	Outras realidades que não se reconduzem à arbitragem	53
i)	Arbitragem necessária	53
ii)	Órgãos de resolução de conflitos no Direito Administrativo do Desporto	54
iii)	Procedimentos extra-judiciais de indemnização	55
CAPÍTULO II – ORIGEM CONTRATUAL		57
7.	A origem contratual da arbitragem voluntária – razão de ser	57
7.1.	Arbitragem e jurisdição	58
7.1.1.	A cobertura constitucional e legal da arbitragem. A ausência de um monopólio estadual no exercício da função jurisdicional	58
7.1.2.	Os tribunais arbitrais são verdadeiros e próprios tribunais, mas não são “tribunais como os outros”: não são órgãos de soberania e não têm <i>ius imperii</i>	65
7.1.3.	A relação necessária entre tribunais arbitrais e tribunais estaduais: o papel de apoio/assistência e a função de controlo	70
7.2.	A dupla fonte de legitimação do poder dos árbitros	75
7.2.1.	A origem contratual e a cobertura constitucional e legal da arbitragem	75
7.2.2.	A inexistência de um vazio jurídico na arbitragem. A lei substantiva e a lei processual	77
7.2.3.	A relação da arbitragem com a CRP e com o Direito Processual: sentido e alcance	82
7.2.4.	O Direito Processual Civil e o CPC na arbitragem: a (não) aplicação subsidiária do CPC como regra	90
7.3.	A origem contratual como força e fraqueza da arbitragem	98
7.4.	A origem contratual na arbitragem de Direito Administrativo	101

CAPÍTULO III – ESTATUTO CONSTITUCIONAL E DIREITOS HUMANOS	103
8. O estatuto constitucional da arbitragem	103
8.1. A arbitragem como resolução alternativa de litígios e a responsabilidade do Estado de garantir a existência de uma jurisdição estadual	103
8.2. O problema da legitimidade constitucional da arbitragem necessária	105
9. Arbitragem e Direitos Humanos	113
9.1. Arbitragem e a aplicabilidade da Convenção Europeia dos Direitos Humanos	113
9.2. O critério das obrigações de carácter civil	114
9.3. O critério do tribunal estabelecido por lei	115
9.4. A inaplicabilidade na íntegra das garantias do artigo 6º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e a renunciabilidade à tutela da jurisdição estadual	116
9.5. A confidencialidade das sentenças arbitrais e o prazo razoável na arbitragem	118
9.6. Arbitragem e o Direito da União Europeia	119
9.7. O reenvio prejudicial de tribunais arbitrais e o conceito de tribunal	120
CAPÍTULO IV – A CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM	125
10. Noção de convenção de arbitragem	125
10.1. Modalidades da convenção de arbitragem	128
10.2. Natureza jurídica da convenção de arbitragem	132
10.3. Requisitos de validade da convenção de arbitragem	135
10.3.1. Considerações gerais	135
10.3.2. Forma	141
10.3.3. Conteúdo obrigatório da convenção de arbitragem	147
10.3.4. Conteúdo facultativo ou eventual da convenção de arbitragem	152
10.4. Autonomia da convenção de arbitragem	159
10.5. Arbitrabilidade	163
10.5.1. Critério legal de arbitrabilidade	167
10.5.2. Arbitrabilidade dos litígios laborais	172
10.5.3. Arbitrabilidade dos litígios administrativos	177
10.6. A extensão da convenção de arbitragem a não signatários ou a terceiros (remissão)	183
10.7. Efeitos da convenção de arbitragem e princípio da competência-competência	184
CAPÍTULO V – TRIBUNAL ARBITRAL	193
11. O Tribunal Arbitral	193
11.1. A constituição do tribunal arbitral: importância e especificidades	193

11.2.	O princípio da igualdade das partes na constituição do tribunal arbitral	202
11.2.1.	Importância, sentido e alcance	203
11.2.2.	Os problemas quando exista pluralidade de partes	212
11.2.2.1.	O problema em caso de pluralidade de partes inicial	216
11.2.2.2.	O problema em caso de pluralidade de partes sucessiva	228
11.3.	A designação dos árbitros: formas de nomeação, requisitos, qualidades e limites	233
11.4.	A intervenção do tribunal estadual no âmbito da constituição do tribunal arbitral	251
11.5.	As listas de árbitros	257
11.6.	A independência e imparcialidade dos árbitros; o dever de revelação	260
11.7.	O secretário da arbitragem: o seu (importante) papel e especificidades; o quarto árbitro?	270
CAPÍTULO VI – O PROCESSO ARBITRAL		277
12.	O processo arbitral	277
12.1.	O direito ao processo equitativo ( <i>due process</i> )	278
12.1.1.	Importância, sentido e alcance na arbitragem	279
12.1.2.	<i>O due process paranoia</i>	288
12.1.3.	Os frequentes equívocos e a necessidade de uma adequada compreensão do <i>due process</i>	292
12.2.	A pluralidade de partes na arbitragem ( <i>as arbitragens complexas</i> ou <i>multipartes</i> )	301
12.2.1.	Os conceitos de parte e de pluralidade de partes	304
12.2.2.	A intervenção de terceiros	314
12.2.3.	A extensão da convenção de arbitragem a não signatários ou a terceiros; as arbitragens multicontratos	324
12.2.4.	<i>A class arbitration</i>	329
12.3.	A apensação	335
12.4.	As providências cautelares na arbitragem	340
12.5.	Os custos da arbitragem	349
12.5.1.	A inconstitucionalidade das custas na arbitragem necessária	350
12.5.1.1.	Enquadramento	350
12.5.1.2.	O caso muito particular das custas do Tribunal Arbitral do Desporto	351
12.5.2.	As custas pouco onerosas e tendencialmente gratuitas em certos tipos de arbitragem: o caso da arbitragem no Direito Administrativo e da arbitragem de consumo	357
12.5.2.1.	Enquadramento	357
12.5.2.2.	As custas arbitrais no Direito Administrativo: o caso do CAAD	357

12.5.2.3. A tendencial gratuitidade das custas na arbitragem de consumo	358
<b>CAPÍTULO VII – A SENTENÇA</b>	<b>361</b>
13. A sentença arbitral	361
13.1. Noção de sentença arbitral	361
13.2. Elementos da sentença arbitral	363
13.2.1. Forma da sentença arbitral	364
13.2.2. Assinatura dos árbitros	364
13.2.3. Deliberação do colégio arbitral	366
13.2.4. Voto de vencido	368
13.2.5. Data e local da sentença	372
13.2.6. Fundamentação	373
13.2.7. Repartição dos custos	378
13.2.8. A equidade e a composição amigável como critérios de decisão	379
13.3. Prazo e notificação da sentença	384
13.4. Efeitos da sentença	385
14. Mecanismos de reacção à sentença arbitral	389
14.1. Acção de anulação	391
14.1.1. Decisões passíveis de anulação	391
14.1.2. Prazo e tramitação da acção de anulação	393
14.1.3. A irrenunciabilidade do direito à acção de anulação	395
14.2. Fundamentos da acção de anulação	398
14.2.1. Fundamentos dependentes de invocação das partes	398
14.2.2. Fundamentos de conhecimento oficioso	403
14.3. Efeitos da anulação da sentença arbitral	405
14.4. Recurso	406
14.4.1. A regra da irrecorribilidade no artigo 39º, n.º 4, da LAV	406
14.4.2. A manifestação “expressa” das partes e o recurso	410
14.4.3. A inexistência de recurso de decisões segundo a equidade ou composição amigável	412
14.4.4. O problema na arbitragem necessária: a inconstitucionalidade da inexistência de recurso	413
14.4.5. O recurso na arbitragem de Direito Administrativo e na arbitragem fiscal	414
14.5. Oposição à execução	415
15. O reconhecimento e a execução das sentenças arbitrais estrangeiras	417
15.1. Enquadramento	417
15.2. A distinção entre a noção de reconhecimento e a de execução	419
15.3. O conceito de sentença arbitral estrangeira	421

15.4. Princípios do reconhecimento e da execução de sentenças arbitrais estrangeiras	422
15.5. Fundamentos de recusa do reconhecimento e de execução das sentenças arbitrais estrangeiras	424
15.5.1. A incapacidade das partes e a invalidade da convenção de arbitragem (artigo V (1), alínea a) da CNI)	424
15.5.2. Os princípios fundamentais do processo equitativo (artigo V (1), alínea b) da CNI)	426
15.5.3. A incompetência ou inexistência de jurisdição do tribunal arbitral (artigo V (1), alínea c) da CNI)	426
15.5.4. A irregularidade na composição do tribunal arbitral ou no processo (artigo V (1), alínea d) da CNI)	427
15.5.5. A inexistência de uma sentença arbitral obrigatória (artigo V (1), alínea e) da CNI)	428
15.5.6. A inarbitrabilidade do objecto do litígio (artigo V (2), alínea a) da CNI)	428
15.5.7. A incompatibilidade com a ordem pública internacional (artigo V (2), alínea b) da CNI)	429
 CAPÍTULO VIII – RESPONSABILIDADE E ARBITRAGEM	 431
16. Responsabilidade e arbitragem	431
16.1. Enquadramento	431
16.2. A administração de justiça arbitral: fundamentos da “imunidade” na arbitragem	432
16.3. A responsabilidade civil dos árbitros	436
16.3.1. A responsabilidade civil contratual do árbitro	437
16.3.2. A responsabilidade civil extracontratual do árbitro	439
16.3.3. A responsabilidade “disciplinar”	441
16.4. A responsabilidade civil contratual dos centros de arbitragem institucionalizada	444
16.5. A responsabilidade civil contratual do secretário	445
16.6. A responsabilidade civil extracontratual do Estado pela administração de justiça e arbitragem	446
 BIBLIOGRAFIA	 449